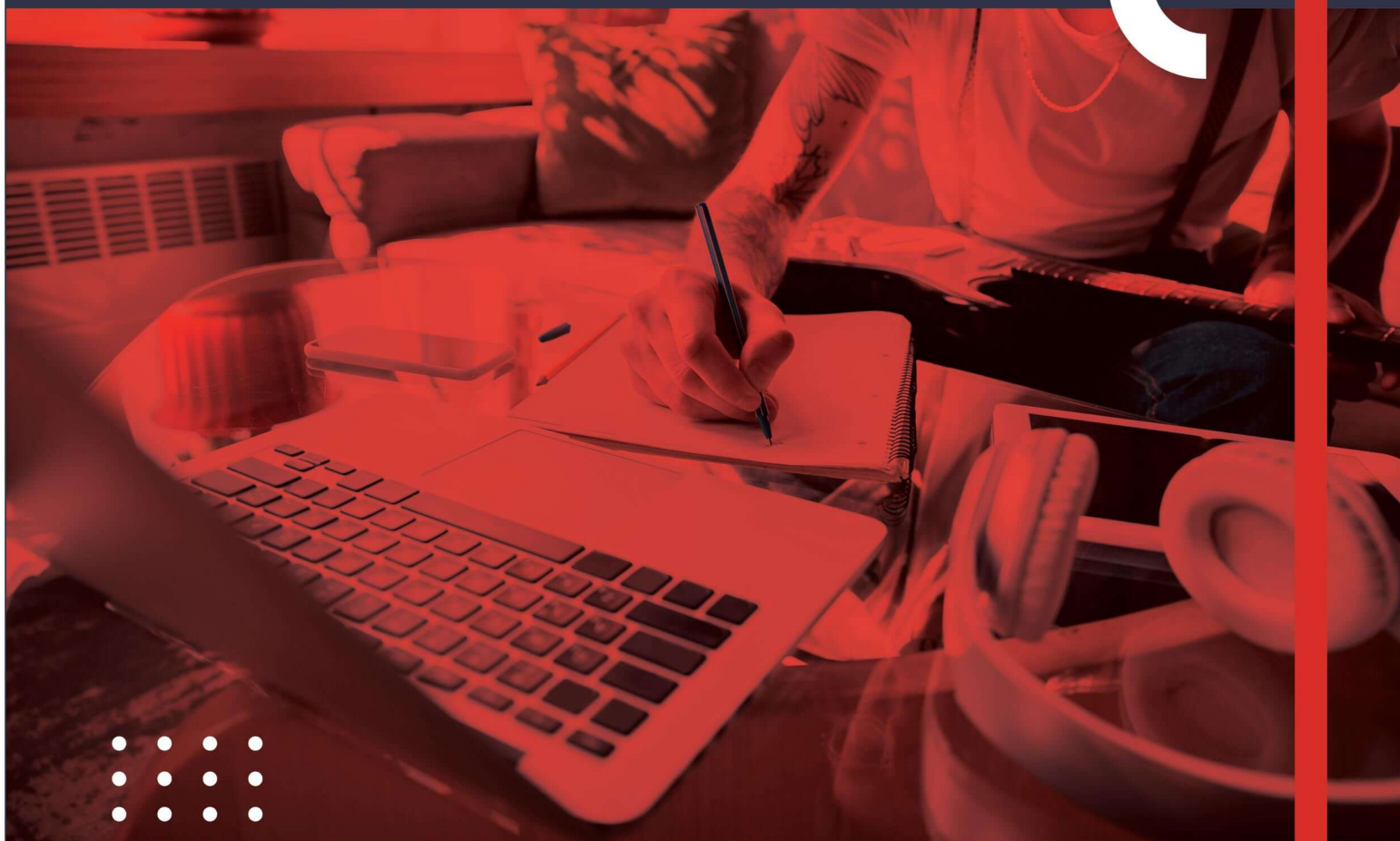


# Apostila de Estudos



“O sucesso é a soma de pequenos esforços repetidos dia após dia.”

(Robert Collier)

*Bons Estudos!*

## Atendimento às Mulheres em Situação de Violência

Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.....	2
Violência contra a mulher no Brasil .....	4
A Lei Maria da Penha - LEI Nº 11.340.....	5
Lei do Feminicídio .....	8
Agressões .....	10
A violência física.....	13
A violência psicológica .....	14
A violência sexual.....	15
A violência patrimonial.....	16
A violência moral .....	17
A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher .....	18
A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar .....	22
Referências Bibliográficas .....	24

## **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**

A violência contra a mulher é todo ato que resulte em morte ou lesão física, sexual ou psicológica de mulheres, tanto na esfera pública quanto na privada. Às vezes considerado um crime de ódio, este tipo de violência visa um grupo específico, com o gênero da vítima sendo o motivo principal. Este tipo de violência é baseada em gênero, o que significa que os atos de violência são cometidos contra as mulheres expressamente porque são mulheres.

A violência contra a mulher pode enquadrar-se em várias categorias amplas, que incluem a violência realizada tanto por "indivíduos", como pelos "Estados". Algumas das formas de violência perpetradas por indivíduos são: Estupros, violência doméstica ou familiar, assédio sexual, coerção reprodutiva, infanticídio feminino, aborto seletivo e violência obstétrica, bem como costumes ou práticas tradicionais nocivas, como crime de honra, feminicídio relacionado ao dote, mutilação genital feminina, casamento por rapto, casamento forçado e violência no trabalho, que se manifestam através de agressões físicas, psicológicas e sociais.

Algumas formas de violência são perpetradas ou toleradas pelo estado, como estupros de guerra, violência sexual e escravidão sexual durante conflitos, esterilização forçada, aborto forçado, violência pela polícia e por autoridades, apedrejamento e flagelação. Muitas formas de violência contra a mulher, como o tráfico de mulheres e a prostituição forçada, muitas vezes são perpetradas por organizações criminosas.

A história da violência contra as mulheres está intimamente relacionada com a visão histórica das mulheres como propriedade e um papel de subserviência de gênero. As explicações sobre patriarcado e de um sistema mundial global ou status quo em que as desigualdades de gênero existem e são perpetuadas são citados para explicar o escopo e a história da violência contra as mulheres.

O progresso significativo para a proteção das mulheres contra a violência foi feito a nível internacional como um produto do esforço coletivo de lobby por muitos movimentos de direitos das mulheres, organizações internacionais e grupos da sociedade civil. Como resultado, governos mundiais e organizações internacionais, bem como organizações da sociedade civil, trabalham ativamente para combater a violência contra as mulheres através de uma variedade de programas.

Entre as principais realizações dos movimentos de direitos das mulheres contra a violência em meninas e mulheres, as realizações marcantes são a "Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres" que implica "vontade política em relação à violência contra a mulher " e o acordo legal vinculativo, a "Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres".

<b>Fase</b>	<b>Tipo de violência</b>
Pré-nascimento	Aborto seletivo por sexo; efeitos de espancamento durante a gravidez nos resultados de nascimento
Infância	Infanticídio feminino; abuso físico, sexual e psicológico
Pré-adolescência	Casamento infantil; mutilação genital feminina; abuso físico, psicológico e sexual; incesto; prostituição e pornografia infantil
Adolescência e idade adulta	Violência durante o namoro (exemplo: atropelamento de ácido e estupro); sexo através de coerção econômica (ex.: meninas da escola que têm relações sexuais com "sugar daddies", em troca de pagamento de taxas escolares); incesto; abuso sexual no local de trabalho; estupro; assédio sexual; prostituição e pornografia forçada; tráfico de mulheres; violência praticada pelo parceiro; estupro conjugal; abusos e homicídios relacionados ao dote; homicídios praticados pelo parceiro; abuso psicológico; abuso de mulheres com deficiência; gravidez forçada
Idosa	"Suicídio" forçado ou homicídio de viúvas por motivos econômicos; abuso sexual, físico e psicológico

## **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL**

A grande maioria das mulheres vítimas de homicídio são meninas e mulheres negras, prevalecendo a faixa entre 18 e 30 anos, com picos na faixa de meninas menores de um ano, caracterizando o infanticídio. Há maior prevalência de mortes causados por força física, objeto cortante/penetrante ou contundente, e menor participação de arma de fogo, sendo perpetrada por pessoas próximas a vítima e sendo a agressão, na maioria das vezes, perpetrada no domicílio.

Em espaços públicos, duas a cada cinco mulheres relatam ter sofrido algum tipo de agressão perpetrada em ambientes públicos, sendo que esta é naturalizada, pois a maior parte das pessoas vê a agressão e nada fazem. Além disso, o ambiente de trabalho tende a se tornar mais hostil para as mulheres, especialmente as mais jovens, independentemente do grau de escolaridade. Uma a cada cinco mulheres entre 16 e 34 anos relatam ter sofrido alguma forma de assédio no trabalho.

A violência contra a mulher no Brasil é um problema sério no país.

A Convenção de Belém do Pará, define violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Capítulo I, Artigo 1º).

A Lei Maria da Penha (11.340/2006) apresenta mais duas formas de violência - moral e patrimonial -, que, somadas às violências física, sexual e psicológica, totalizam as cinco formas de violência doméstica e familiar.

Em 2015, a Lei 13.104 altera o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o inclui no rol dos crimes hediondos. O feminicídio, então, passa a ser entendido como homicídio qualificado contra as mulheres “por razões da condição de sexo feminino”.

## **A LEI MARIA DA PENHA - LEI Nº 11.340**

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)



III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

III - encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para eventual ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente.



A Lei Maria da Penha é uma lei federal brasileira, cujo objetivo principal é estipular punição adequada e coibir atos de violência doméstica contra a mulher. Decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006, a lei entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006. Desde a sua publicação, a lei é considerada pela Organização das Nações Unidas como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres. Além disso, segundo dados de 2015 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a lei Maria da Penha contribuiu para uma diminuição de cerca de 10% na taxa de homicídios contra mulheres praticados dentro das residências das vítimas.

A ementa da lei diz:

- Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. ||

— LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

O caso nº 12.051/OEA, de Maria da Penha Maia Fernandes, foi o caso homenagem à lei 11.340. Maria da Penha era casada com Marco Antônio Heredia Viveros, que cometeu violência doméstica durante 23 anos de casamento. Em 1983, o marido por duas vezes, tentou assassiná-la. Na primeira vez, com arma de fogo, deixando-a paraplégica, e na segunda, por eletrocussão e afogamento. Após essa tentativa de homicídio ela o denunciou, pôde sair de casa devido a uma ordem judicial e iniciou a batalha para que seu então marido fosse condenado. Entretanto, o caso foi julgado duas vezes e, devido alegações da defesa de que haveria irregularidades, o processo continuou em aberto por alguns anos.

## LEI DO FEMINICÍDIO



O panorama de feminicídio no Brasil é grave: a cada dia, 13 mulheres são assassinadas no Brasil.

Feminicídio é uma palavra nova para uma prática antiga, uma vez que mulheres morrem de formas trágicas todos os dias no Brasil: são espancadas, estranguladas, agredidas brutalmente até o momento em que perdem a vida. A palavra feminicídio passou a ser usada para designar um crime no Brasil a partir de 2015, pois existe nele uma particularidade.

Trata-se de um crime de ódio. O conceito surgiu na década de 1970 com o fim de reconhecer e dar visibilidade à discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemática contra as mulheres, que, em sua forma mais aguda, culmina na morte. Essa forma de assassinato não constitui um evento isolado e nem repentino ou inesperado; ao contrário, faz parte de um processo contínuo de violências, cujas raízes misóginas caracterizam o uso de violência extrema. Inclui uma vasta gama de abusos, desde verbais, físicos e sexuais, como o estupro, e diversas formas de mutilação e de barbárie.

O principal motivo para o uso da palavra feminicídio é de que o crime é diferente por si só, por ser um crime de discriminação, cometido contra uma mulher pelo fato de ela ser mulher. Essa discriminação provém no machismo e do patriarcado, que são maneiras culturais de a sociedade colocar a mulher num lugar de inferioridade, submissão e subserviência; de acordo com essa lente, a autoridade máxima é exercida pelo homem e automaticamente a mulher se torna um ser desimportante, que deve dedicar sua vida à servir (principalmente os homens).

A tipificação do feminicídio como crime de gênero se faz necessária por estar diretamente ligado à violência de gênero e por ser um crime passível de ser evitado – principalmente às vítimas de violência doméstica, que podem ter suporte e seus agressores punidos conforme prevê a lei.

O artigo 121, que define homicídio no Código Penal, foi alterado e teve o feminicídio incluso como um tipo penal qualificador – como um agravante ao crime. A condição do feminicídio como uma circunstância qualificadora do homicídio o inclui na lista de crimes hediondos, cujo termo hediondo é usado para caracterizar crimes que são encarados de maneira ainda mais negativa pelo Estado e tem um quê ainda mais cruel do que os demais. Por isso, têm

penas mais duras. Latrocínio, estupro e genocídio são exemplos de crimes hediondos – assim como o feminicídio.

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima. (NR)

A nova legislação alterou o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) e estabeleceu o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Também modificou a Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90), para incluir o feminicídio na lista. Com isso, o crime de homicídio simples tem pena de seis meses a 20 anos de prisão, e o de feminicídio, um homicídio qualificado, de 12 a 30 anos de prisão.

O feminicídio envolve dois requisitos: que o homicídio tenha sido praticado por meio de violência doméstica e familiar e que seja impelido pela discriminação ou menosprezo à condição de mulher — ela explica, e ressalta. — Se o crime for cometido em outra relação que não seja essa de poder e submissão contra mulher, ele não é enquadrado como feminicídio.

O feminicídio se transformou em uma qualificadora do homicídio, portanto a pena máxima passou a ser de 30 anos. Temos também a possibilidade de aumento em alguns casos: se esse feminicídio for contra uma mulher que estiver gestante ou que tenha um filho recém nascido e se for praticado na presença de ascendente ou descendente da vítima.

É um crime muito específico que envolve a condição das mulheres de inferioridade física, e muitas vezes financeira e psicológica diante de uma agressão que ocorre em relação ao seu companheiro, marido ou familiar. É preciso ter uma legislação própria porque é um tipo de crime com peculiaridades, e a mais grave é que ele ocorre no local em que a mulher devia ter mais segurança: dentro da sua própria casa.

Ela destaca também contextos históricos que contribuem para a necessidade da lei como o fato de no Brasil, assim como em outros países, já ter sido considerado que o marido vítima de uma traição teria o direito de assassinar sua esposa.

## AGRESSÕES

Estão previstos cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher na Lei Maria da Penha: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial – Capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V.

Violência Física - Entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher.

Agressão é um ato em que um indivíduo prejudica ou lesa outro(s) de sua própria espécie intencionalmente.

Na espécie humana, além da agressão capaz de causar lesão corporal, existem vários tipos de agressão: dirigida, verbal, deslocada etc., definidas por critérios de classificação jurídicos ou oriundos de diversas disciplinas científicas.

A agressão distingue-se da predação por corresponder ao instinto de combate do animal e do homem dirigido contra o seu próprio congênere.

Segundo definição da Organização Mundial da Saúde, considera-se violência como o uso de força ou poder, real ou apenas ameaçado, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002).

De acordo com Wierviorka, 1997, os problemas da violência estão ligados a representações sociais que os codificam positiva ou negativamente. Associados ao conceito de violência voluntária, surgem os conceitos de abuso, agressão e agressividade.

Agressão direta - Esta é definida como comportamentos físicos ou verbais com a intenção manifesta de causar dano direto a alguém.

Agressão indireta - A agressão indireta é caracterizada por um comportamento que visa a causar prejuízo às relações sociais de um indivíduo ou grupo. É, frequentemente, relacionada com uma maior expressividade no gênero feminino.

Agressão Impulsiva ou Reativa - A agressão impulsiva é definida como um ato hostil em resposta a um estímulo percebido como ameaçador ou frustrante.

Agressão instrumental ou Proativa - É um tipo de agressão que visa a um objeto; que tem, por fim, conseguir algo independentemente do dano que possa causar.

Agressão deslocada - O sujeito dirige a agressão a um alvo que não é responsável pela causa que lhe deu origem. Em animais, também se observa esse mecanismo de controle dos impulsos agressivos.

Autoagressão - O sujeito desloca a agressão para si próprio. Ver o verbete Suicídio.

Agressão aberta (aversão) - Este tipo de franca agressão, que se pode manifestar pela violência física ou psicológica, é explícita, isto é, concretiza-se, por exemplo, em espancamentos, ataques à autoestima, humilhações.

Agressão dissimulada - Este tipo de agressão recorre a meios não abertos para agredir. O sarcasmo e o cinismo são formas de agressão que visam a provocar o outro, feri-lo na sua autoestima, gerando ansiedade. A teoria psicanalítica tem, como explicação desta forma de agressão, a motivação inconsciente.

Agressão inibida - Como o próprio nome indica, o sujeito não manifesta agressão para com o outro, mas dirige-se a si próprio. O sentimento de rancor é um exemplo desta forma de expressão da agressão. Algumas teorias psicológicas têm a agressão inibida como causa de diversas

doenças psicossomáticas. O grau mais severo do rancor pode ser designado por ódio, contudo ainda não existe um consenso para essa terminologia.

Em muitos casos, os anos de formação da pessoa agressiva são marcados pelo mau exemplo dos pais ou por negligência total. Muitos agressores vêm de lares em que os pais eram frios, desinteressados ou em que eles tenham realmente ensinado seus filhos a usar a fúria e a violência para resolver problemas. Crianças educadas num ambiente desses talvez nem reconheçam como sendo agressividade seus próprios ataques verbais e físicos; podem até mesmo pensar que seu comportamento é normal e aceitável.

Uma das teorias mais divulgadas sobre o comportamento agressivo foi proposta por psicólogos da Universidade Yale em 1939 (John Dollard, Leonard Doob, Neal Miller, O. Hobart Mowrer e Robert Sears). Seu postulado básico é a suposição de que a agressão é sempre uma consequência da frustração, ou seja, a resposta emocional a um bloqueio de uma resposta orientada para um objectivo numa sequência de comportamentos. Variando a intensidade ou força da agressão de acordo com a quantidade de frustração. Sabe-se hoje da considerável variação individual quanto à tolerância à frustração, interpretada por sua vez em distintas teorias psicológicas.

Os estudos da agressão ou violência, assim como os da sexualidade, são tidos como próprios para uma abordagem interdisciplinar, pois o seu enquadramento em qualquer uma das disciplinas científicas revela-se insuficiente.

Já aceitamos com naturalidade a expressão sexologia como uma espécie de interciência que reuniu: psicologia; antropologia e diversas especialidades médicas (ginecologia; urologia; psiquiatria; endocrinologia), além das disciplinas básicas que cuidam da descrição anatômica e pesquisa das funções do aparelho reprodutor humano (fisiologia), sendo ainda mais comuns estudos com o enfoque clínico visando ao tratamento das disfunções sexuais, da infertilidade e/ou da contracepção fundamentados em critérios sociológico-demográficos.

Os estudos da agressão, já denominados agressiologia (Agressiologie na França em 1983), parecem seguir a mesma tendência de agregação multidisciplinar, situando-se, porém, o enfoque dominante na área jurídica – a criminologia – e não na área médica. São inúmeras as contribuições das ciências sociais, psicologia e ciências biológicas, em especial a etologia, e, mais recentemente, da Saúde Pública face à elevação da agressão como causa de morte em populações.

## A VIOLÊNCIA FÍSICA

Violência é definida pela Organização Mundial da Saúde como "o uso intencional de força física ou poder, ameaçados ou reais, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resultem ou tenham grande probabilidade de resultar em ferimento, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação", embora o grupo reconheça que a inclusão de "uso do poder" em sua definição expande a compreensão convencional da palavra.

As atitudes ou atos violentos podem ser:

- ✓ físicos
- ✓ sexuais
- ✓ psicológicos
- ✓ emocionais

Violência física (visual): É aquela entendida como qualquer conduta que ofenda integridade ou saúde corporal da mulher. É praticada com uso de força física do agressor, que machuca a vítima de várias maneiras ou ainda com o uso de armas, exemplos: Bater, chutar, queimar, cortar e mutilar.

Segundo o artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

Violência contra a mulher – é qualquer conduta – ação ou omissão – de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados.



## A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Violência psicológica – ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal.

Algumas palavras e atitudes podem ferir a autoestima de uma mulher tanto quanto.

Segundo dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) divulgados na última semana, uma em cada três mulheres é vítima de violência no mundo. E esta violência, de tão latente, chega a ser classificada entre: física, sexual, moral e psicológica.

A violência psicológica, na maioria dos casos, é negligenciada até por quem sofre - por não conseguir perceber que ela vem mascarada pelo ciúme, controle, humilhações, ironias e ofensas.

Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Em uma briga de casal, o agressor normalmente usa essa tática para fazer com que a parceira se sinta acuada e insegura, sem chance de reagir. Não existe respeito.

## **A VIOLÊNCIA SEXUAL**

Violência sexual é qualquer ato sexual ou tentativa de obtenção de ato sexual por violência ou coerção, comentários ou investidas sexuais indesejados, atividades como o tráfico humano ou diretamente contra a sexualidade de uma pessoa, independentemente da relação com a vítima.

Ocorre tanto em tempos de paz quanto em situações de conflito armado, é generalizada e considerada como uma das violações dos Direitos humanos mais traumáticas e comuns.

Deparar-se com casos de violência sexual gera comoção. Um olhar externo e distante leva a questionamentos, porém, quando a vítima é um familiar ou até mesmo você, o ponto de vista e os conceitos mudam.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a “violência sexual é qualquer ato sexual, tentativa do ato não desejado ou atos para traficar a sexualidade de uma pessoa, fazendo uso de repressão, ameaça ou força física, praticados por qualquer pessoa independente de suas relações com a vítima e de qualquer cenário, não limitado ao lar ou trabalho”. Ou seja, é uma agressão focalizada na sexualidade da pessoa, mas que a atinge em todo o seu ser.

A violência sexual pode tomar várias formas, e apesar de existir a falsa percepção de que o agressor em potencial se restringe a pessoas distantes, na verdade o mais comum é que seja realizada por pessoas próximas. Segundo a central de atendimento 180, em 46,96% dos casos de violência sexual, o agressor é parceiro da vítima, sendo que 25,27% é praticada por cônjuges.

Ao perceber que está sofrendo abuso, é fundamental que a pessoa busque apoio especializado como delegacias, advogados e psicólogos. O apoio de familiares e amigos é essencial, pois, neste momento, é fundamental criar laços que gerem na pessoa agredida uma sensação de segurança, cuidado e acolhimento.

## A VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

Violência patrimonial é qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos.



Especialmente nos processos de divórcio que acompanho.

A partir da separação, muitos homens utilizam a sua condição financeira como instrumento para perturbar a vida da ex-companheira.

Ainda que a violência patrimonial se verifique durante a união – como nos casos em que o homem se apodera do dinheiro que uma mulher guardava/economizava, ou administrava sozinho o valor do aluguel de um imóvel que pertencia aos dois – com a separação, as agressões desta natureza ficam mais visíveis.

Aquisição e registro de bens em nome da mãe ou outros familiares, para manipular a legislação e assim garantir que todos os bens construídos na constância da união sejam de exclusiva propriedade do homem.

Conhecer cada detalhe da história de vida do ex-casal, como se construiu o relacionamento afetivo e como se gerou a relação de dependência econômica da mulher é fundamental para definir como enfrentaremos temas como divisão de bens e alimentos em uma ação de Divórcio/Dissolução de união estável.

A violência patrimonial caracterizada pela conduta típica de reter bens ou valores tem a mesma natureza jurídica do seu tipo penal correspondente, que é a apropriação indébita, prevista no artigo 168 do CP. Especificamente quanto à retenção de bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer as necessidades do cônjuge ou companheiro, podemos vislumbrar uma série de condutas típicas e, portanto, criminosas, que não são levadas ao juízo competente para a devida apuração.

A conduta do homem, recebedor da integralidade dos alugueres de imóvel pertencente a ambos os cônjuges ou conviventes, por exemplo, equivale à retenção ou apropriação de bens ou recursos econômicos, exatamente como previsto na Lei 11.340/2006.

## A VIOLÊNCIA MORAL

Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

O artigo 7º da Lei nº 11.340 tipifica como violência psicológica qualquer conduta que cause dano emocional ou prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação da mulher; diminuição, prejuízo ou perturbação ao seu pleno desenvolvimento; que tenha o objetivo de degradá-la ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, ridicularização, exploração, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio. Traz ainda a definição da violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

O Capítulo V do Código Penal Brasileiro, que define os crimes contra a honra, criminaliza a injúria, a calúnia e a difamação, enquanto o capítulo VI, dos crimes contra a liberdade pessoal, tipifica o crime de ameaça.

O assédio moral é caracterizado pela conduta abusiva no trabalho, que pode acontecer através de gestos que afetam a dignidade psíquica ou física de uma pessoa, comportamentos e palavras, e tem por objetivo prejudicar o trabalho de uma pessoa em específico, uma conduta prolongada e repetitiva e pode, em alguns casos, forçar a demissão.

Desprezo, humilhação e exposição ao ridículo.

O Código Civil prevê a reparação de danos causados a outra pessoa por ato ilícito, então o agressor pode ser responsabilizado civilmente pela sua conduta com indenização moral e até material. Se o assédio moral for acompanhado de calúnia, difamação, injúria, lesão corporal ou ameaça, o agressor pode ser enquadrado no Código Penal e responder o assédio moral como crime.

## **A POLÍTICA PÚBLICA QUE VISA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**

A violência contra as mulheres é um empecilho à liberdade, à autonomia e aos direitos sexuais e reprodutivos. Como uma mulher que sofre perseguição, violência, machismo, pode assumir a atitude de saber planejar sua família, de poder definir quando vai ter um filho, ou quantos filhos terá e se terá? Se tem o direito de dizer que não quer engravidar, ou de acesso aos métodos contraceptivos?

As mulheres que sofrem violência permanente têm baixa autoestima, não procuram serviços de saúde, não se previnem de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), não fazem uso de métodos contraceptivos e, se gestantes, acessam menos consultas de pré-natal.

De acordo com a Lei Maria da Penha, violência contra mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero [mulher] que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. E denunciar é fundamental.

Quem sofre violência doméstica pode procurar ajuda ligando 180, serviço de informações e denúncia da Central de Atendimento à Mulher funciona 24h por dia e garante o anonimato da vítima. Em casos de emergência, é necessário ligar para a polícia no número 190 ou procurar uma das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), que têm caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal dos casos de violência contra a mulher, respeitando os direitos humanos e os princípios do Estado Democrático de Direito. Vizinhos, conhecidos ou familiares também podem fazer a denúncia.

- ✓ Centros Especializado de Atendimento à Mulher
- ✓ Casas-Abrigo
- ✓ Casas de Acolhimento Provisório
- ✓ Defensorias Públicas e Defensorias da Mulher
- ✓ Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
- ✓ Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar
- ✓ Casa da Mulher Brasileira
- ✓ Atendimento hospitalar geral ou especializado em casos de violência doméstica e sexual

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem por finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional.

A Política Nacional encontra-se, também, em consonância com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e com convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, tais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1981) e a Convenção Internacional contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Convenção de Palermo, 2000).

A violência contra as mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Homens e mulheres são atingidos pela violência de maneira diferenciada. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, na grande parte das vezes praticado por seus companheiros e familiares.

A Constituição Federal, em seu art. 226, parágrafo 8º, assegura —a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações, assumindo, dessa forma, que o Estado brasileiro tem um papel a cumprir no enfrentamento a qualquer tipo de violência seja ela praticada contra homens ou mulheres, adultos ou crianças. Homens e mulheres, porém, são atingidos pela violência de maneira diferenciada. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, na grande parte das vezes praticado por seus companheiros e ex-companheiros.

A violência doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher, compreendendo, entre outras, as violências física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (Lei nº 11.340/2006);

A violência ocorrida na comunidade e que seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de

trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar;

A violência perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (violência institucional).

A violência contra as mulheres não pode ser entendida sem se considerar a dimensão de gênero, ou seja, a construção social, política e cultural da(s) masculinidade(s) e da(s) feminilidade(s), assim como as relações entre homens e mulheres. É um fenômeno, portanto, que se dá no nível relacional e societal, requerendo mudanças culturais, educativas e sociais para seu enfrentamento, bem como o reconhecimento de que as dimensões de raça/etnia, de geração e de classe contribuem para sua exacerbação

A violência de gênero segundo Saffioti (O Poder do Macho, 1987) “é tudo que tira os direitos humanos numa perspectiva de manutenção das desigualdades hierárquicas existentes para garantir obediência, subalternidade de um sexo a outro. Trata-se de forma de dominação permanente e acontece em todas as classes sociais, raças e etnias”.

Simone de Beauvoir (O Segundo Sexo, 1949) em seu estudo sobre a mulher e o seu papel na sociedade aponta como a subalternidade da mulher ao homem advém de uma perspectiva em que o papel feminino é destituído de identidade cultural, e histórico, classificado como algo natural, meramente biológico. Beauvoir descreve então sua recusa naquela ideia da naturalidade e aponta como ocorre a construção social dos sexos.

O conceito de violência contra as mulheres é, tal como mencionado, bastante amplo e compreende diversos tipos de violência: a violência doméstica (que pode ser psicológica, sexual, física, moral e patrimonial), a violência sexual, o abuso e a exploração sexual de mulheres adolescentes/jovens, o assédio sexual no trabalho, o assédio moral, o tráfico de mulheres e a violência institucional. A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres reconhece essa diversidade, ainda que suas ações estejam mais fortemente direcionadas para as seguintes expressões de violência:

- ✓ Violência Doméstica
- ✓ Violência Sexual
- ✓ Violência Física
- ✓ Violência Psicológica
- ✓ Violência Patrimonial
- ✓ Violência Moral
- ✓ Tráfico de Mulheres



- ✓ Exploração Sexual de Mulheres
- ✓ Exploração sexual comercial de mulheres, adolescentes/jovens
- ✓ Assédio Sexual
- ✓ Assédio Moral
- ✓ Cárcere Privado

O combate à violência contra as mulheres compreende o estabelecimento e cumprimento de normas penais que garantam a punição e a responsabilização dos agressores/autores de violência contra as mulheres.

No âmbito do combate, a Política Nacional prevê ações que garantem a implementação da Lei Maria da Penha, em especial nos seus aspectos processuais/penais e no que tange à criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A Política também busca fortalecer ações de combate ao tráfico de mulheres e à exploração comercial de mulheres adolescentes/jovens.

Igualdade e respeito à diversidade – Mulheres e homens são iguais em seus direitos. A promoção da igualdade implica no respeito à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, situação econômica e regional, assim como os diferentes momentos da vida das mulheres.

Autonomia das mulheres – O poder de decisão sobre suas vidas e corpos deve ser assegurado às mulheres, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e seu país.

Há ainda a questão da saúde mental, sobretudo de adolescentes que cometem suicídio por causa de violência doméstica, especialmente ao engravidar do agressor, sobretudo quando este é da família.

Precisamos que a Lei Maria da Penha seja cumprida, as delegacias da mulher e os abrigos funcionem de forma adequada e os equipamentos estejam, sobretudo, nas periferias.

Uma das violações frequentes é o feminicídio íntimo perpetrado por pessoas mais próximas à vítima. Mas também acontece em situações de tráfico de pessoas, de menosprezo ou discriminação pela condição de ser mulher.

## **A ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

As mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, muitas vezes, dependem financeiramente de seus maridos, companheiros, pais, avôs, que também são seus agressores.

O juiz poderá determinar, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal. Exemplo: Bolsa Família, programas de cesta básica, vaga nas escolas e creches etc.

O Projeto de Lei 2737/19 determina que assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada em caráter prioritário no âmbito do no Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Além disso, as mulheres vítimas de violência terão atendimento prioritário entre casos de mesma gravidade.

A Lei Maria da Penha atende ao anseio da Constituição Federal de 1988 de que o Estado crie e assegure mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares. Ainda, mencionado Diploma é fruto de duas Convenções Internacionais, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres da ONU (1979) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher da OEA (1994).



Através da Lei Maria da Penha são criados diversos mecanismos de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

As áreas da assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação mostram-se imprescindíveis para resgatar e reabilitar a mulher após ver-se livre de anos de violência doméstica. Tão cruel como a violência sofrida pelo agressor seria deixar a mulher condenada à sua própria sorte, com numerosa prole e sem nenhuma qualificação profissional para o exercício de alguma atividade para sua subsistência.

Muitas mulheres acabam voltando para o agressor não por masoquismo ou loucura. Sem saúde, educação, trabalho e habitação outra alternativa não resta à mulher e sua prole, senão buscar um teto junto do agressor, o carrasco provedor. Prorrogando-se sua humilhação e sofrimento, muitas vezes perpetuamente.

Em seu Art. 11, V, a Lei Maria da Penha determina que deverá a Autoridade Policial informar à ofendida do direito que lhe é conferido de ser patrocinada pela Defensoria Pública, tanto no âmbito criminal como cível, principalmente na área de família, para o pleito de guarda de filhos, pensão alimentícia, partilha de bens e divórcio.

Através da Defensoria Pública a vítima poderá pleitear que o Juiz conceda novas medidas protetivas de urgência ou reveja aquelas já concedidas, para proteção daquela, de seus familiares e de seu patrimônio.

O Defensor Público da ofendida deverá ser intimado de todos os atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao seu ingresso e saída da prisão, sem prejuízo da própria notificação da vítima.

A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher deverá ser acompanhada simultaneamente da implantação de Núcleos da Mulher da Defensoria Pública, através de dependências e espaços físicos que garantam a execução e agilidade de seus serviços especializados.

A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos na Lei Maria da Penha, através da Ação Civil Pública, poderá ser exercida pela Defensoria Pública, conforme Art. 5º, II, da Lei nº 7.347/85 e Art. 4º, XI, da Lei Complementar Federal nº 80/94.

O papel da Defensoria Pública na defesa da mulher vítima de violência doméstica e familiar é ímpar e salvífico.

## Referências Bibliográficas

Wikipédia, a enciclopédia livre. Violência contra a mulher.

Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia\\_contra\\_a\\_mulher](https://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia_contra_a_mulher)

Wikipédia, a enciclopédia livre. Violência contra a mulher no Brasil.

Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia\\_contra\\_a\\_mulher\\_no\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia_contra_a_mulher_no_Brasil)

Senado Federal. A Violência contra a Mulher.

Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/a-violencia-contra-a-mulher>

Wikipédia, a enciclopédia livre. Lei Maria da Penha.

Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei\\_Maria\\_da\\_Penha](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Maria_da_Penha)

eGuia do Estudante. Carla Mereles, do Politize. Entenda a Lei do Feminicídio e por que ela é importante.

Disponível em:

<https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/entenda-a-lei-do-feminicidio-e-por-que-e-importante/>

LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm)

Agência Câmara de Notícias. Lei do Feminicídio faz cinco anos.

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/643729-lei-do-feminicidio-faz-cinco-anos>

Raphaela Ramos. O Globo. Celina.

Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/celina/lei-do-feminicidio-completa-cinco-anos-entenda-por-que-ela-necessaria-24290187>

IMP. Instituto Maria da Penha. TIPOS DE VIOLÊNCIA.

Disponível em:

<http://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>

Wikipédia, a enciclopédia livre. Agressão.

Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Agress%C3%A3o>

Wikipédia, a enciclopédia livre. Violência.

Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia>

Coordenadoria da Mulher. Definição de Violência contra a Mulher.

Disponível em:

<https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/definicao-de-violencia-contr-a-mulher>

Conselho Nacional de Justiça. Formas de violência contra a mulher.

Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/violencia-contra-a-mulher/formas-de-violencia-contra-a-mulher/>

Andréa Martinelli. Violência psicológica é a forma mais subjetiva de agressão contra a mulher; saiba como identificar.

Disponível em:

[https://www.huffpostbrasil.com/2014/11/25/violencia-psicologica-e-a-forma-mais-subjetiva-de-agressao-contr\\_n\\_6214298.html?guccounter=1&guce\\_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xLMnVbS8&guce\\_referrer\\_sig=AQAAAJjrQROOCwH2ThW9KO9J0GrfkiUyeN1PzKRIVavXSsGGMisMmldu0cqtPi4kgiCH5uEmCSjDM6wpajO6rSOYr\\_ZQX8kBUVW1TkZOWEkfh1lehi-QVIGSBF77MeDNn2GcQsX\\_wMGdnfD4VIX85GvhGhFEX8zvglCb1xNS3yG7AiZS](https://www.huffpostbrasil.com/2014/11/25/violencia-psicologica-e-a-forma-mais-subjetiva-de-agressao-contr_n_6214298.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xLMnVbS8&guce_referrer_sig=AQAAAJjrQROOCwH2ThW9KO9J0GrfkiUyeN1PzKRIVavXSsGGMisMmldu0cqtPi4kgiCH5uEmCSjDM6wpajO6rSOYr_ZQX8kBUVW1TkZOWEkfh1lehi-QVIGSBF77MeDNn2GcQsX_wMGdnfD4VIX85GvhGhFEX8zvglCb1xNS3yG7AiZS)

Wikipédia, a enciclopédia livre. Violência sexual.

Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia\\_sexual](https://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia_sexual)

Canção Nova. O que é violência sexual?

Disponível em:

<https://formacao.cancaonova.com/series/relacionamentos-abusivos-series/o-que-e-violencia-sexual/>

Portal Geledés. Mariana Regis via Guest Post para o Portal Geledés. Violência patrimonial contra a mulher: enfrentamento nas Varas das Famílias.

Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/violencia-patrimonial-contramulher-enfrentamento-nas-varas-das-familias/>

Mário Luiz Delgado. A invisível violência doméstica contra o patrimônio da mulher.

Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2018-out-28/processo-familiar-invisivel-violencia-domestica-patrimonio-mulher>

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. A invisível violência doméstica contra o patrimônio da mulher.

Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2018-out-28/processo-familiar-invisivel-violencia-domestica-patrimonio-mulher>

Compromisso e Atitude. Lei Maria da Penha.

Disponível em:

<http://www.compromissoeatitude.org.br/violencia-moral-e-psicologica/>

Nações Unidas Brasil. Da violência moral à letal: entenda como a violência de gênero prejudica as mulheres.

Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/da-violencia-moral-a-letal-entenda-como-a-violencia-de-genero-prejudica-as-mulheres/>

Alex Beltrame. JusBrasil. Violência Moral.

Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/290654/violencia-moral>



Natura. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: COMO DENUNCIAR.

Disponível em:

[https://www.natura.com.br/blog/cuidar-da-rede-de-relacoes/violencia-domestica-como-denunciar?cnddefault=true&raccoon\\_param1=institucional-coronavirus&raccoon\\_param2=violencia-domestica-como-denunciar&gclid=Cj0KCQjw-r71BRDuARIsAB7i\\_QMdrPmnAotGaia0GZYu0gIQk9c6BjfPO2l0ojMgVkOGauPIQO1apPYaAiDtEALw\\_wcB](https://www.natura.com.br/blog/cuidar-da-rede-de-relacoes/violencia-domestica-como-denunciar?cnddefault=true&raccoon_param1=institucional-coronavirus&raccoon_param2=violencia-domestica-como-denunciar&gclid=Cj0KCQjw-r71BRDuARIsAB7i_QMdrPmnAotGaia0GZYu0gIQk9c6BjfPO2l0ojMgVkOGauPIQO1apPYaAiDtEALw_wcB)

Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/>

Lei Maria da Penha. CAPÍTULO II – DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.

Disponível em:

<http://www.pcdlegal.com.br/leimariadapenha/capitulo-ii-da-assistencia-a-mulher-em-situacao-de-violencia-domestica-e-familiar/?versao=convencional#.XrBUGBRKjIU>

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Há medidas de assistência à mulher vítima de violência doméstica ou familiar?

Disponível em:

<https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/perguntas-frequentes/ha-medidas-de-assistencia-a-mulher-vitima-de-violencia-domestica-ou-familiar.htm#.XrBUnhRKjIU>

Agência Câmara de Notícias. Mulher em situação de violência doméstica poderá ter atendimento prioritário no SUS.

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/562577-mulher-em-situacao-de-violencia-domestica-podera-ter-atendimento-prioritario-no-sus/>

Enviadas Por Leitores. JusBrasil. PROTEÇÃO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

Disponível em:

<https://por-leitores.jusbrasil.com.br/noticias/100040451/protecao-da-mulher-vitima-de-violencia-domestica>